

DESASTRES NATURAIS COMO CATALISADORES DE ESG: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA EMPRESAS

1 INTRODUÇÃO

Desastres naturais, como pandemias, incêndios florestais e enchentes, impõem desafios significativos às comunidades e economias, mas também oferecem uma oportunidade singular para as empresas fortalecerem suas práticas de *Environmental, Social and Governance* (ESG). Em tempos de crise, as empresas são chamadas a agir, não apenas para mitigar os danos e auxiliar na recuperação, mas também para mostrar liderança em responsabilidade social e ambiental, o que pode gerar benefícios tanto para a sociedade quanto para os seus próprios interesses financeiros. Empresas que integram práticas ESG de forma robusta em suas operações tendem a ser mais resilientes (Malik et al., 2023) e a gerar maior valor de longo prazo (Chen et al., 2020; Fu et al., 2019; Kim et al., 2019).

Nesse sentido, os desastres naturais podem servir como catalisadores para que as empresas reavaliem suas estratégias de ESG. Estudos mostram que, em períodos de grande necessidade social e ambiental, as empresas que respondem de maneira proativa a esses desafios conseguem não só melhorar sua reputação, mas também estabelecer vínculos mais sólidos com consumidores que priorizam empresas com essas práticas (Lu et al., 2023). Além disso, as ações dessas empresas em momentos de crise podem resultar em maior transparência e melhores indicadores de ESG, conforme observado por Huang et al. (2022), que apontam que empresas afetadas por desastres tendem a intensificar suas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, especialmente quando operam em áreas de alta vulnerabilidade.

O papel das empresas no fortalecimento das comunidades locais após desastres naturais é crucial e isso se reflete na capacidade de aprimorar suas práticas ESG. Segundo Lu et al. (2023), crises oferecem uma oportunidade única para as empresas demonstrarem responsabilidade e engajamento social, pois o público geralmente recompensa empresas que respondem rapidamente com ações concretas. Nesse contexto, as práticas de ESG funcionam como uma forma de "seguro reputacional", protegendo a imagem das empresas enquanto criam valor para os stakeholders (Fu et al., 2019).

No entanto, apesar das oportunidades oferecidas por desastres naturais, há um debate sobre a autenticidade das ações de ESG realizadas por empresas em tempos de crise. Krueger et al. (2020) destacam que, em muitos casos, as empresas podem ser movidas não por um compromisso genuíno com a sustentabilidade, mas por uma necessidade de melhorar sua imagem perante os investidores e o mercado. Esse dilema é central na discussão sobre ESG em cenários de crise: as ações são uma resposta sincera à necessidade social ou apenas uma estratégia reputacional? Para Ballesteros et al. (2017), as dificuldades causadas pelos desastres naturais afetam a população, as nações e as empresas e, cada vez mais, as empresas estão sendo chamadas a participar dos esforços de resposta a desastres, pois é plausível acreditar que empresas tem capacidade de facilitar respostas rápidas e eficientes aos desastres naturais.

Este ensaio se propõe a explorar teoricamente como desastres naturais criam uma janela de oportunidade para as empresas fortalecerem suas práticas de ESG, abordando tanto o potencial transformador dessas ações quanto as complexidades éticas e estratégicas envolvidas. Ao explorar a conexão entre desastres naturais e ESG, o estudo busca compreender até que ponto as empresas podem transformar esses momentos de vulnerabilidade em oportunidades reais de crescimento sustentável, ao mesmo tempo que navegam nas pressões de mercado e nas expectativas de stakeholders por uma governança mais responsável.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DISCUSSÃO

2.1 DESASTRES NATURAIS COMO CATALISADORES DE ESG

Os desastres naturais são eventos catastróficos que podem ser classificados como interrupções súbitas e significativas na sociedade e na economia, causadas por forças naturais. Eles podem ser subdivididos em cinco categorias: terremotos, desastres geológicos, desastres meteorológicos, incêndios florestais e pragas ou doenças (He et al., 2022). Segundo Botzen et al. (2019), desastres naturais resultam em uma perda súbita de fatores produtivos, como mão de obra e capital, que afetam diretamente o funcionamento das economias e das empresas. No entanto, há uma variação no impacto de desastres naturais ao comparar países. Países desenvolvidos observam maiores perdas de propriedade, enquanto um maior número de vítimas ocorre em países em desenvolvimento (Botzen et al., 2019). Essas crises geralmente exigem respostas rápidas e eficazes não só do governo, mas também do setor privado, que é frequentemente chamado a desempenhar um papel vital na recuperação e reconstrução.

Nesse contexto, os desastres naturais funcionam como catalisadores para que as empresas reavaliem suas práticas de ESG. Em tempos de crise, essas práticas se tornam ainda mais relevantes, uma vez que o público, investidores e outros stakeholders esperam que as empresas se posicionem de forma responsável em relação à recuperação social e ambiental. Conforme apontado por Mithani (2017) desastres são momentos de "estresse coletivo", nos quais a resposta adequada de uma empresa pode determinar seu entrelaçamento com a sociedade no pós crise. A necessidade de atender às demandas das comunidades afetadas e de demonstrar sensibilidade social e ambiental impulsiona as empresas a adotarem práticas mais sólidas de ESG.

Ao revisitar suas políticas de ESG após desastres naturais, as empresas podem encontrar novas formas de alinhar suas operações aos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social. Para Fu et al. (2019), a introdução de práticas ESG em momentos de crise tem um efeito positivo, funcionando como um "seguro reputacional" que protege a empresa das críticas e aumenta sua aceitação pública. Esse movimento não só reforça a posição da empresa como um ator responsável no mercado, mas também cria oportunidades para que ela contribua de forma significativa para o desenvolvimento sustentável das regiões afetadas. A adoção dessas práticas também serve para aumentar a confiança de investidores de longo prazo, especialmente aqueles que priorizam o investimento em empresas sustentáveis, como observado por (Kim et al., 2019).

Além disso, desastres naturais oferecem uma oportunidade para que as empresas se reconectem com suas comunidades, não apenas através de doações ou ações imediatas de socorro, mas também por meio de iniciativas de longo prazo que promovam a sustentabilidade. Nesse sentido, as empresas que conseguem integrar ESG em suas estratégias de resposta a crises encontram-se em posição favorável para consolidar sua reputação e aumentar seu valor de mercado. Lu et al. (2023) destacam que, em tempos de crise, os consumidores tendem a valorizar as empresas que agem de forma proativa, e esse comportamento gera uma resposta positiva em termos de fidelidade e intenção de compra.

2.2 OPORTUNIDADES E DILEMAS ÉTICOS DAS PRÁTICAS ESG EM CRISES

Embora os desastres naturais ofereçam oportunidades para que as empresas melhorem suas práticas de ESG, há um dilema ético fundamental que envolve essas respostas. Muitas vezes, as motivações por trás das ações de ESG podem ser questionadas. Estariam as empresas realmente comprometidas com a sustentabilidade ou simplesmente aproveitando a oportunidade para melhorar sua imagem perante o público e os investidores? Segundo Krueger et al. (2020), é comum que as empresas utilizem crises como uma forma de projetar uma

imagem positiva e, ao mesmo tempo, mitigar danos reputacionais. Esse comportamento levanta questões sobre a autenticidade das ações de ESG e até que ponto elas refletem um verdadeiro compromisso com o impacto social e ambiental.

Ballesteros et al. (2017) sugerem que, em muitos casos, as iniciativas corporativas após desastres podem fornecer benefícios sociais significativos e os governos locais tendem a colher benefícios com o envolvimento dessas empresas pós desastres. Para políticas de combate ao *greenwashing*, é necessário o equilíbrio entre governos, empresas e investidores (Liu et al., 2024). A aproximação entre governo e empresas no pós crise pode afetar essa relação, pois o comportamento pode ser interpretado como uma forma de *greenwashing*, em que as empresas se promovem como ambientalmente responsáveis sem adotar mudanças efetivas em suas operações. Isso cria um dilema ético: enquanto as empresas têm a oportunidade de fortalecer suas práticas de ESG em momentos de crise, muitas vezes essas iniciativas são motivadas mais por ganhos reputacionais do que por desejo genuíno de impacto sustentável.

Além disso, o desequilíbrio de poder entre as empresas e as comunidades afetadas pode exacerbar essa questão. As empresas, especialmente as multinacionais, frequentemente têm recursos financeiros e estruturais para influenciar a recuperação local, enquanto as comunidades afetadas dependem dessas respostas. Isso coloca as empresas em uma posição de poder, permitindo que elas escolham o grau de envolvimento e o escopo de suas ações de ESG. Nesse contexto, é essencial questionar se as ações das empresas em resposta a desastres naturais são pautadas por um verdadeiro senso de responsabilidade ou se são moldadas pela necessidade de se manterem competitivas e atenderem às expectativas dos stakeholders.

2.3 IMPACTOS DE ESG NO DESEMPENHO FINANCEIRO E REPUTACIONAL PÓS-CRISE

Outro ponto fundamental a ser explorado é o impacto das práticas de ESG no desempenho financeiro e reputacional das empresas após desastres naturais. As empresas que respondem de maneira eficaz a crises e adotam práticas ESG robustas frequentemente colhem benefícios, tanto em termos de valor de mercado como de lealdade dos consumidores. Lu et al. (2023) observam que, em tempos de desastres naturais, as empresas que agem proativamente em prol das comunidades afetadas tendem a ganhar reconhecimento público, o que pode se traduzir em um aumento da intenção de compra e fidelidade por parte dos consumidores.

A conexão entre ESG e desempenho financeiro também está bem documentada. Huang et al. (2022) destacam que as empresas que intensificam suas práticas de ESG após desastres naturais experimentam uma melhoria na transparência e na confiança dos investidores, o que se reflete em um aumento do valor de suas ações. Isso sugere que o compromisso com ESG pode não apenas beneficiar a sociedade e o meio ambiente, mas também gerar retorno financeiro para as empresas.

Essa relação positiva entre ESG e desempenho financeiro pode ser explicada, em parte, pela crescente demanda dos consumidores e investidores por empresas responsáveis. Conforme apontado por Chen et al. (2020), investidores institucionais estão cada vez mais dispostos a apoiar causas de ESG, pois acreditam que essas ações geram valor de longo prazo e protegem as empresas contra riscos reputacionais. Assim, desastres naturais criam um cenário em que as empresas têm a oportunidade de demonstrar sua liderança em sustentabilidade, o que pode fortalecer sua posição no mercado e atrair mais investimentos.

2.4 LIMITES E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE ESG EM CENÁRIOS DE CRISE

Apesar das oportunidades oferecidas pelos desastres naturais, as empresas enfrentam uma série de desafios na implementação eficaz de práticas de ESG em cenários de crise. Botzen

et al. (2019) argumentam que as empresas devem prever modelos que ajudem a limitar as perdas por interrupção de negócios. Algumas dessas informações estarão presentes nos relatórios que estiverem adequados à norma *IFRS S2 Climate-related Disclosures* (IFRS, 2023). Além disso, as empresas, muitas vezes, enfrentam restrições financeiras e institucionais que dificultam a implementação de iniciativas ESG em grande escala. Por exemplo, em regiões de baixa renda, onde o impacto dos desastres é mais devastador, as empresas podem não ter a infraestrutura necessária para desenvolver respostas eficazes de ESG.

Outro desafio está relacionado às expectativas conflitantes dos stakeholders. As empresas frequentemente se encontram em uma posição de tentar equilibrar as expectativas de investidores, consumidores, governos e comunidades locais. No entanto, essas expectativas nem sempre estão alinhadas. Enquanto os investidores podem exigir uma resposta rápida e visível às crises, as comunidades locais podem exigir um comprometimento de longo prazo com a recuperação e o desenvolvimento sustentável. Esse desequilíbrio pode dificultar a adoção de práticas de ESG que satisfaçam todas as partes interessadas.

Oh and Oetzel (2022) observam que os desastres naturais, muitas vezes, revelam falhas governamentais que exacerbam esses desafios. Em regiões onde a governança é fraca ou as infraestruturas são inadequadas, as empresas podem não ser capazes de implementar ações eficazes de ESG. Isso coloca em evidência a necessidade de uma colaboração mais estreita entre o setor público e o privado para garantir que as práticas de ESG possam ser adotadas de forma eficaz, mesmo em cenários de crise.

2.5 FUTURO DO ESG EM CENÁRIOS DE CRISE: LIÇÕES DE DESASTRES NATURAIS

Por fim, é importante considerar as lições que podem ser aprendidas com desastres naturais, em relação às práticas de ESG, e como essas lições podem moldar o futuro das empresas em crises. Lu et al. (2023) sugerem que crises oferecem uma oportunidade única para que as empresas se adaptem e fortaleçam suas práticas de ESG. Esses eventos revelam a importância de uma abordagem flexível e proativa em relação à sustentabilidade e à responsabilidade social, que pode preparar melhor as empresas para enfrentar crises futuras.

Mithani (2017) argumenta que desastres naturais não apenas destroem, mas também abrem espaço para uma reestruturação social e econômica, na qual as empresas podem desempenhar um papel fundamental. As empresas que conseguem integrar as lições aprendidas em suas estratégias de longo prazo estarão em uma posição mais forte para enfrentar crises futuras, utilizando ESG não apenas como uma resposta reativa, mas como uma estratégia proativa para o desenvolvimento sustentável.

3 CONCLUSÃO

Desastres naturais, embora devastadores, oferecem uma oportunidade única para que as empresas reforcem suas práticas de *Environmental, Social and Governance* (ESG). Esses eventos, ao expor as vulnerabilidades sociais e ambientais, permitem que as empresas se posicionem como agentes de transformação, assumindo um papel central na recuperação das comunidades afetadas. Ao adotar estratégias de ESG robustas, as empresas não apenas cumprem sua responsabilidade social, mas também colhem benefícios financeiros e reputacionais, conforme observado em estudos recentes.

No entanto, a exploração dessas oportunidades traz consigo dilemas éticos importantes. Enquanto muitas empresas aproveitam os desastres naturais para projetar uma imagem de responsabilidade social, há o risco de que essas ações sejam movidas mais por questões reputacionais do que por um compromisso genuíno com a sustentabilidade.

Além disso, os desafios estruturais e institucionais que limitam a implementação eficaz de ESG em cenários de crise revelam a importância de uma colaboração mais estreita entre o setor público e o privado. Somente com uma abordagem integrada será possível maximizar o impacto positivo das iniciativas de ESG em contextos de calamidade. Essa ambiguidade destaca a necessidade de uma maior transparência e autenticidade nas práticas de ESG, especialmente em tempos de crise.

Há lacunas significativas para compreender como as diferentes magnitudes dos desastres afetam a resposta das empresas e se há variabilidade nos impactos dependendo da região ou setor de atuação. Pesquisas futuras podem também investigar o papel da colaboração entre empresas, governos e organizações da sociedade civil na maximização do impacto das práticas de ESG em contextos de crise. Outro aspecto relevante seria examinar o efeito de longo prazo dessas iniciativas de ESG no desempenho financeiro das empresas, principalmente em comparação com aquelas que não adotam ações significativas frente a desastres.

REFERÊNCIAS

Ballesteros, L., Useem, M., & Wry, T. (2017). Masters of Disasters? An empirical analysis of how societies benefit from Corporate Disaster AID. *Academy of Management Journal*, 60(5), 1682-1708. <https://doi.org/10.5465/amj.2015.0765>

Botzen, W. J. W., Deschenes, O., & Sanders, M. (2019). The economic impacts of natural disasters: A review of models and empirical studies [Review]. *Review of Environmental Economics and Policy*, 13(2), 167-188, Article rez004. <https://doi.org/10.1093/reep/rez004>

Chen, T., Dong, H., & Lin, C. (2020). Institutional shareholders and corporate social responsibility. *Journal of Financial Economics*, 135(2), 483-504. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2019.06.007>

Fu, X., Tang, T., & Yan, X. (2019). Why do institutions like corporate social responsibility investments? evidence from horizon heterogeneity. *Journal of Empirical Finance*, 51, 44-63. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jempfin.2019.01.010>

He, Z., Guo, B., Shi, Y., & Zhao, Y. (2022). Natural disasters and CSR: Evidence from China [Article]. *Pacific Basin Finance Journal*, 73, Article 101777. <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2022.101777>

Huang, Q., Li, Y., Lin, M., & McBrayer, G. A. (2022). Natural disasters, risk salience, and corporate ESG disclosure [Article]. *Journal of Corporate Finance*, 72, Article 102152. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2021.102152>

IFRS S 2 (2023). Climate-related Disclosures. IFRS - IFRS S2 Climate-related Disclosures.

Kim, H.-D., Kim, T., Kim, Y., & Park, K. (2019). Do long-term institutional investors promote corporate social responsibility activities? *Journal of Banking & Finance*, 101, 256-269. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2018.11.015>

Krueger, P., Sautner, Z., & Starks, L. T. (2020). The importance of climate risks for institutional investors [Review]. *Review of Financial Studies*, 33(3), 1067-1111. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhz137>

- Liu, C., Gong, W., Dong, G., & Ji, Q. (2024). Regulation of environmental, social and governance disclosure greenwashing behaviors considering the risk preference of enterprises. *Energy Economics*, 135, 107637. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.eneco.2024.107637>
- Lu, H., Zeng, K., & Mao, Z. (2023). Perceptions of corporate social responsibilities and stakeholder engagement in the context of a disaster: A moderated mediation analysis from the perspective of consumer responses [Article]. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 30(6), 2873-2884. <https://doi.org/10.1002/csr.2521>
- Malik, I. A., Chowdhury, H., & Alam, M. S. (2023). Equity market response to natural disasters: Does firm's corporate social responsibility make difference? *Global Finance Journal*, 55, Article 100801. <https://doi.org/10.1016/j.gfj.2022.100801>
- Mithani, M. A. (2017). Liability of foreignness, natural disasters, and corporate philanthropy. *Journal of International Business Studies*, 48(8), 941-963. <https://doi.org/10.1057/s41267-017-0104-x>
- Oh, C. H., & Oetzel, J. (2022). Multinational enterprises and natural disasters: Challenges and opportunities for IB research [Article]. *Journal of International Business Studies*, 53(2), 231-254. <https://doi.org/10.1057/s41267-021-00483-6>